

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma reflexão sobre os desafios à realidade brasileira

por Juliana Portela do Rego Monteiro*

A relevância da educação para o desenvolvimento econômico de uma nação é ainda motivo de intensa discussão no meio acadêmico e fora dele. Assim, o planejamento do incremento educacional de um país impacta positivamente o crescimento deste, especialmente pela melhoria qualitativa da massa trabalhadora, bem como pela melhoria tecnológica. Ademais, a educação é fator de extrema relevância para a inclusão social e para o alcance da cidadania, especialmente em países que possuem conflitos sociais inofismáveis como no Brasil.

O economista James Heckman (2009), ganhador do Prêmio Nobel do ano de 1999, destaca-se como um dos maiores defensores da educação, enquanto elemento de dinamização do desenvolvimento de um país. A tese principal do consagrado autor é a defesa da instrução na primeira infância, na medida em que acredita ser neste momento da vida que o ser humano está mais apto a receber ensinamentos que irão ampliar sua capacidade cognitiva, ou seja, o desenvolvimento do raciocínio abstrato e lógico, das percepções que darão auxílio à ampliação do ensino formal ao longo de toda a vida. Além disso, potencializar a educação em um país desde os primeiros anos de vida dos seus cidadãos é um custo menor para outro setor importante: a segurança, pois é menos dispendioso investir em ensino (especialmente na primeira idade) que tentar coibir a criminalidade já instalada com investimentos em policiamento ostensivo.

Este ensaio não se propõe exaurir a temática, mas tão somente levantar questionamentos para um debate mais aprofundado a ser realizado a *posteriori* (ou sempre). Acredita-se que em momentos de crise (ou pós-crise) como este se reavalia as perspectivas, projetos futuros e se toma novos posicionamentos, novos rumos. Logo, é válida uma análise sobre quais caminhos o Brasil quer percorrer no que concerne à sua política educacional, pois ela pode anunciar, em alguns anos, o que nação se tornará.

O estado brasileiro, em toda a sua existência, em poucos momentos voltou-se de forma contundente à educação sem enxergar nesta um grande potencial para as diminuições das disparidades ou imaginá-la como indutora do desenvolvimento nacional.

Destarte, sobre a economia brasileira do início da industrialização (na década de 1930) até os dias atuais, observa-se quase sempre uma postura mais voltada para o avanço de setores como a siderurgia, aço, telecomunicações, infraestrutura, petróleo, respaldada, em muitos momentos, em um modelo com intensa participação estatal (como no nacionalismo varguista e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, no chamado nacional-desenvolvimentismo). Este modelo vigorou até meados da década de 1980 e destacou-se também por apresentar poucos esforços em prol do desenvolvimento de indicadores sociais (inclusive os relacionados à educação).

Segundo Considera (2009), a economia brasileira apresentou entre 1950 e 1980 um crescimento médio de 7,4%; além disto, o Produto Interno Bruto (PIB), em 1980, tornou-se 8,5 vezes mais elevado em relação a 1950. Números eloquentes de um período que não voltou a se repetir até então.

Em meados da década de 1980, com a segunda crise do petróleo recém-acontecida (1979), o modelo de desenvolvimento pautado no esforço estatal mostrou-se profundamente abalado com a fuga de capitais e a crise intensa na qual o Brasil adentrou, alinhando-se a um perfil de desequilíbrio externo e surtos inflacionários inimagináveis.

Diante desta situação, o Estado entrou em crise e, de meados da década de 1980 e anos 1990, de financiador dos investimentos, passou a mero observador da crise pela qual transpunha o país, especialmente no que dizia respeito à espiral inflacionária que atormentava a vida dos brasileiros e tirava a perspectiva de qualquer pensamento de uma reforma social mais profunda, incluindo nesta

a educacional.

No início da década de 1990, iniciaram-se profundas transformações na economia brasileira decorrentes das modificações na política internacional, as quais motivaram ainda mais a retirada do Estado como indutor do desenvolvimento brasileiro, dentre as quais, destacam-se o processo de abertura e o início das privatizações. A crise inflacionária brasileira ainda perdurou até meados da década de 1990, quando o Plano Real conseguiu a estabilidade monetária.

No que diz respeito à política educacional, algumas alterações apareceram com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, a qual determina, dentre outras coisas, a estruturação dos níveis de ensino no Brasil, chamando a atenção para o compartilhamento da gestão educacional entre os três entes da Federação e para a importância da família. Além disso, trazia no seu bojo a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), hoje transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) - repasse de recurso às regiões com base no Censo Escolar do ano anterior, bem como no Plano Nacional da Educação (PNE).

Nota-se certo avanço da parte do poder público com a criação de mecanismos, como: i) o Educacenso, no intuito de averiguar periodicamente o nível educacional dos estudantes, professores e escolas brasileiros, tanto na rede pública como privada; ii) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia a qualidade do ensino no Brasil e impõe metas para a melhoria nos estados e municípios; e iii) os exames de avaliação – o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que tem por objetivo aferir a qualidade dos alunos dos cursos de graduação no Brasil, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o qual avalia e qualifica os estudantes do ensino médio, compondo a nota que os ajudará a ingressar nas universidades públicas do país. Vale ainda destacar as campanhas pela valorização e qualificação dos professores.

Embora tenha havido alguns avanços nos últimos anos, observa-se que a educação padece ainda de uma série de mazelas que vem se agravando ao longo do tempo, como: analfabetismo, evasão escolar e distorção ensino-série. O primeiro problema citado é comum no Brasil e é nítida a melhora ao longo dos anos, na

medida em que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1970 existia uma taxa de 40% de analfabetos no Brasil (para pessoas com 15 anos ou mais), contra 10% em 2008 (IBGE, 2008). Foi uma grande evolução, mas ainda é considerado um número elevado e, destacando-se o valor por regiões, ainda se vê com clareza as disparidades existentes no país, uma vez que, em 2008, o Nordeste contava com uma taxa de analfabetos de 19,4%, enquanto que no Sul este número era de 5,5%. Entretanto, é importante sublinhar que mesmo com as latentes desigualdades regionais demonstradas por estes dados, a região Nordeste ainda foi a que teve maior redução neste indicador, em relação à mesma pesquisa realizada em 2007.

Considera-se também que a população brasileira, mesmo em sua maioria alfabetizada, lê mal e não tem muito boa capacidade de escrita. Rigotto e Souza (2005), reafirmando dados de uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo, constataram que 75% da população brasileira entre 15 e 64 anos compreendiam apenas parcialmente um texto lido, chamando a atenção para a problemática do analfabetismo funcional, ou seja, pessoas que foram alfabetizadas, mas que não conseguem ter o raciocínio ou percepções mínimas relacionadas ao domínio da linguagem.

Neste sentido, os autores supracitados destacam ainda uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2005, a qual constatou que dos alunos que chegam à quarta série do ensino fundamental (independentemente de ser em escola pública ou privada), 59% foram classificados como nível crítico ou muito crítico em língua portuguesa, significando que estes alunos tinham até aprendido a ler, mas não tinham alcance para interpretar textos simples.

Quanto à evasão escolar, problema já levantado anteriormente neste ensaio, uma pesquisa coordenada por Neri (2009) e efetivada por equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV) realçou o desinteresse (com 45%) como o indicador mais importante no momento em que o jovem decide abandonar os estudos, além da obrigação de desenvolver tarefas domésticas e/ou profissionais e a dificuldade de acesso à escola, com 22% e 10%, respectivamente. Fica demonstrada com isto a real necessidade de o Brasil focalizar políticas que aliem a escola e a família desde o início do processo de aprendizagem, incluindo familiares e alunos em um projeto singular.

A distorção idade-série é um problema citado por Rigotto e Souza (2005) como uma decorrência da ineficiência qualitativa do ensino público brasileiro. Portanto, os alunos repetem o ano e permanecem em séries inadequadas às suas idades, causando prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo dados dos autores, a distorção idade-série, em 2003, no ensino fundamental, foi de 33,9 % (mas já chegou a ser até de 47%, em 1996, e 44%, em 1999).

Sendo assim, faz-se imprescindível o empenho do Estado na criação e ampliação de políticas que contemplem a educação no país com o objetivo não só de melhorá-la quantitativamente, mas, essencialmente, melhorar a qualidade do ensino, atraindo os jovens para a escola, promovendo a cidadania, criando mecanismos para que a educação se transforme em componente fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que, embora haja dificuldades para o governo federal adotar políticas para a educação no país, na medida em que as competências educacionais são diferentes nas esferas estaduais e municipais, cabe ao ente máximo da federação delinear as linhas gerais das execuções das políticas, tais como, um cronograma para a formação de professores (podendo, inclusive, facilitar crédito para o cumprimento dessa tarefa) e a melhoria salarial destes profissionais, a fim de atrair pessoas mais qualificadas e incrementar a infraestrutura das escolas (com laboratórios de informática, ciências e bibliotecas). Ações desses tipos não só criariam uma dinâmica diferenciada para o ensino de uma forma geral, como, principalmente, apuraria o interesse do alunado pela escola e, em determinadas localidades, atuaria como mecanismo redutor das diferenças regionais.

Ademais, vale lembrar a relevância, acima de tudo, de incentivos para os estudantes nos primeiros anos escolares, não só pela maior facilidade de fixação de conteúdo do que alunos que entram tardiamente na escola, mas como forma de retirar crianças de situações de risco e diminuir disparidades sociais, posto que a educação deve ser vista, prioritariamente, como uma política que vise diminuir as desigualdades brasileiras.

Educação em quantidade, mas com qualidade, é mais importante para tirar o país do marasmo do subdesenvolvimento de ideias, ações e tecnológico

no qual está submerso ao longo de praticamente toda a sua existência. Nesta perspectiva, faz-se relevante o caminho em busca da educação universal no Brasil, mas de qualidade.

Em tempos em que todos os olhos se voltam para a saída de uma crise econômica, a perspectiva de ganhos com o "Pré-sal", a realização das olimpíadas e da copa do mundo no Brasil, o estado brasileiro precisa atentar para a educação, que será a solução para as mazelas causadas pelo parco dinamismo econômico e pelas seculares desigualdades sociais enfrentadas há séculos pelo país ●

Referências

- CONSIDERA, C. Na média de anos de escolaridade temos um ano a mais que a África subsaariana - Pré-sal: farsa e tragédia. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2009. Disponível em: <www.valoronline.com.br>. Acesso em: 22/09/2009.
- RIGOTTO, M. E.; SOUZA, N. de J. Evolução da educação no Brasil, 1970-2003. Porto Alegre, **Revista Análise**. v.16, n. 2, p. 339-358, ago./dez.2005. Disponível em: <www.nalijsoza.web.br.com>. Acesso em: 20/09/2009.
- HECHMAN, J. O Bom de educar desde cedo. **Veja**, Rio de Janeiro, a. 42, n. 23/06/2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. v. 28, Rio de Janeiro, 2007.
- GARSCHAGEN, S. O dilema da repetência e da evasão. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ed. 36, out., 2007.

*Professora do DECON/UFPI. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA/TROPEN/UFPI.